



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
ACE - TCU - 2002

Provas I e II

Especialidade: **Controle
Externo**

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DAS PROVAS: 3h30min**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 61**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciadas as provas.
- 9 - Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término das provas**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.3.5 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início das provas; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Os gabaritos serão divulgados de 8 a 10/7/2002, conforme subitem 8.3 do edital.
- 13 - Os recursos poderão ser interpostos até o dia 10/7/2002, conforme subitem 8.3.1 do edital.
- 14 - Este caderno de provas está assim constituído:

Provas	Disciplinas	Questões	Pesos
Objetiva I	Administração Financeira e Orçamentária	01 a 10	2
	Contabilidade e Auditoria	11 a 22	2
	Controle Externo	23 a 30	1
	Economia	31 a 38	1
Objetiva II	Direito Civil e Processual Civil	39 a 45	2
	Direito Constitucional	46 a 53	2
	Direito Administrativo	54 a 61	2

Boa Prova

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

01- A ação planejada do Estado materializa-se através do orçamento público. Indique o princípio orçamentário que consiste na não-inserção de matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.

- a) princípio da discriminação
- b) princípio da exclusividade
- c) princípio do orçamento bruto
- d) princípio da universalidade
- e) princípio do equilíbrio

02- O Estado brasileiro interveio de diversas formas a fim de contribuir para o aumento do investimento na economia. Identifique de que maneira não se deu adequadamente essa intervenção.

- a) Concedendo subsídios ao setor privado.
- b) Controlando os preços, a produção e o comércio exterior.
- c) Financiando os esforços de investimento privado em setores estratégicos.
- d) Investindo diretamente em setores de infraestrutura e utilidade pública.
- e) Funcionando como importante fonte de demanda para o setor privado.

03- O Ciclo Orçamentário é a sequência das etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário. Assinale a única opção correta no tocante à etapa de elaboração do orçamento.

- a) É fase de competência do Poder Legislativo.
- b) Constitui a concretização anual dos objetivos e metas determinados para o setor público, no processo de planejamento integrado.
- c) Compreende a fixação de objetivos concretos para o período considerado, bem como o cálculo dos recursos humanos, materiais e financeiros, necessários à sua materialização e concretização.
- d) Configura-se na necessidade de que o povo, através de seus representantes, intervenha na decisão de suas próprias aspirações, bem como na maneira de alcançá-las.
- e) É a etapa que impõe a necessidade de um sistema estatístico cuja informação básica se obtém em cada uma das repartições ou órgãos.

04- No orçamento público, os recursos correspondem à receita prevista (estimada ou orçada), classificada segundo categorias econômicas. No que diz respeito às receitas de capital, identifique a opção falsa.

- a) Receitas por mutação patrimonial.
- b) Receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- c) Receitas da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- d) Receitas de amortização de empréstimos anteriormente concedidos.
- e) Receitas imobiliárias.

05- A classificação da despesa por categoria econômica é inspirada no esquema estabelecido pela Contabilidade Nacional. Assinale o objetivo da classificação por categoria econômica.

- a) Dimensionar a participação do dispêndio governamental nos principais agregados da análise macroeconômica.
- b) Identificar os principais programas que refletem as prioridades explicitamente estabelecidas pelo governo.
- c) Demonstrar a distribuição funcional da despesa.
- d) Classificar os gastos em funções, programas e sub-programas.
- e) Medir a participação do governo federal no PIB (Produto Interno Bruto).

06- Com relação aos créditos adicionais, aponte a única opção correta pertinente aos créditos extraordinários.

- a) São destinados a reforço de dotação orçamentária.
- b) São destinados a despesas para as quais não haja dotação específica.
- c) São autorizados por lei e abertos por decreto.
- d) São abertos por decreto do Executivo, que dará conhecimento ao Legislativo.
- e) Sua abertura depende da existência de recursos disponíveis.

- 07- Os impostos, conforme as características que determinam sua exigibilidade, são classificados em categorias. Aponte a única opção incorreta.
- a) direto
 - b) pessoal
 - c) adicional
 - d) especial
 - e) real
- 08- O efeito Patinkin sugere que a elevação dos preços pode proporcionar a redução do déficit público por meio da queda real nos gastos públicos. Identifique qual a medida que, tomada pelo governo, não reduz o déficit público.
- a) Adiar pagamentos em um regime inflacionário.
 - b) Postergar aumentos de salários em um ambiente de aceleração inflacionária.
 - c) Utilizar a inflação na contribuição da redução real da receita.
 - d) Administrar os recursos na “boca do caixa”.
 - e) Usar o efeito Patinkin para acomodar *ex ante*, pela Lei Orçamentária, o conflito distributivo de recursos entre os vários setores, como educação, saúde, entre outros.
- 09- Assinale, entre as opções abaixo, a definição de Dívida Pública Flutuante.
- a) É a emissão de títulos para o pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
 - b) É o resultado de operações de caráter financeiro que se reflete no fluxo de caixa e no patrimônio financeiro, decorrentes ou não da execução orçamentária.
 - c) É o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de títulos, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas.
 - d) É o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
 - e) É o compromisso contraído a longo prazo, pelo setor público junto ao setor privado, incluindo a base monetária, assumido em virtude de leis, contratos ou convênios, para amortização em prazo superior a 12 meses.
- 10- As operações de crédito por antecipação da receita, mais conhecidas como AROs, além de sujeitarem-se às normas da Resolução nº 78/1988, do Senado da República, sujeitam-se à da Lei de Responsabilidade Fiscal. Identifique a única opção proibida na mencionada Lei, com relação às AROs.
- a) Somente poderão ser realizadas a partir do 10º dia do início do exercício.
 - b) Não serão autorizadas se forem cobrados outros encargos incidentes que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que a vier substituir.
 - c) Deverão ser liquidadas (pagas), com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.
 - d) Estarão proibidas enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
 - e) Serão permitidas suas contratações mesmo que seja o último ano de mandato do Presidente, do Governador ou Prefeito Municipal.

CONTABILIDADE GERAL

11- A Cia. Comercial de Artefatos apresentou as seguintes contas e respectivos saldos:

C o n t a s	S a l d o s
Ações de Coligadas	R\$ 11.700,00
Ações em Tesouraria	R\$ 1.000,00
Caixa	R\$ 2.800,00
Capital Social	R\$ 29.000,00
Contribuições a Recolher	R\$ 1.200,00
Depreciação Acumulada	R\$ 4.200,00
Duplicatas a Receber	R\$ 12.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 3.500,00
Fornecedores	R\$ 7.000,00
Imóveis	R\$ 15.300,00
Lucros Acumulados	R\$ 4.000,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 8.000,00
Mercadorias	R\$ 13.200,00
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ 800,00
Provisão para Férias	R\$ 1.300,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 2.100,00
Reserva Legal	R\$ 8.000,00
Salários a Pagar	R\$ 2.900,00
Soma dos saldos	R\$128.000,00

Após a apuração dos saldos acima foram obtidas as seguintes informações:

- as ações de coligadas representam participação acionária de 20% e são avaliadas por equivalência patrimonial;
- as sociedades coligadas contabilizaram no período lucro líquido de R\$ 50.000,00 e distribuíram 30% em dividendos a seus acionistas;
- a empresa promoveu um adiantamento a fornecedores no valor de R\$ 2.000,00;
- a empresa contabilizou a depreciação de máquinas e equipamentos considerando que as máquinas têm vida útil de dez anos, mas já estão sendo utilizadas há três anos.

O Balanço Patrimonial elaborado com base nas informações acima demonstrará o ativo no valor de

- a) R\$ 63.700,00
- b) R\$ 61.700,00
- c) R\$ 60.700,00
- d) R\$ 58.700,00
- e) R\$ 56.700,00

12- Os dados abaixo são informações colhidas na gestão comercial da empresa S/A Comércio & Indústria Tímpano:

- Faturamento Bruto decorrente das vendas do período, incluindo IPI e ICMS, foi de R\$ 210.000,00;
- Não havia estoques iniciais;
- As entradas do período foram formadas por compras no valor de fatura de R\$ 42.000,00, somadas a R\$ 52.800,00 de outros custos;
- As compras contêm R\$ 2.000,00 de IPI e 17% de ICMS;
- estoque final que vai a balanço é equivalente a ¼ do custo das entradas;
- IPI incidente nas compras, neste caso, não é recuperável;
- IPI incidente sobre compras e vendas foi calculado à alíquota de 5%;
- ICMS incidente sobre compras e vendas foi calculado à alíquota de 17%;
- PIS sobre Faturamento foi calculado à alíquota de 1%;
- A COFINS foi calculada à alíquota de 3%;
- As Receitas Financeiras alcançaram o valor de R\$ 10.000,00;
- As Despesas Operacionais foram contabilizadas como segue:
 - Despesas com Vendas R\$ 12.000,00
 - Despesas Financeiras R\$ 7.600,00
 - Despesas Administrativas R\$ 15.000,00.

Ao ser montada a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício, com base nas contas e saldos acima, vai ficar evidenciada uma Receita Líquida no valor de

- a) R\$ 168.400,00
- b) R\$ 166.000,00
- c) R\$ 157.600,00
- d) R\$ 155.400,00
- e) R\$ 92.000,00

- 13- Ao encerrar o exercício social, em 31/12/01, a Hones Horses S/A apurou um lucro líquido de R\$ 160.000,00 após a provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro, mas antes das participações.

Ao promover a destinação do resultado do exercício, a empresa deverá considerar os seguintes eventos:

Participações no lucro:

- para empregados 5%;
- para diretores 5%.

Constituição de Reservas:

- Reservas Estatutárias R\$ 8.000,00;
- Reserva Legal R\$ 6.400,00.

Reversão de Reservas:

- de reservas estatutárias R\$ 3.000,00;
- de reservas para contingências R\$ 2.000,00.

Após a contabilização desses fatos, e considerando que a empresa não prevê no estatuto a forma de distribuição de dividendos, o Dividendo Mínimo Obrigatório, a ser calculado sobre o lucro ajustado nos termos da lei, e proposto à Assembleia-Geral, deverá ser no valor de

- a) R\$ 35.000,00
- b) R\$ 65.000,00
- c) R\$ 67.500,00
- d) R\$ 69.000,00
- e) R\$ 70.000,00

14- A empresa Giraflexo S/A demonstrou o seguinte balanço patrimonial, aqui simplificado, com valores no início e no fim do exercício social do ano de 2001:

Rascunho

<u>Contas/Grupos</u>	<u>saldos 01.01.01</u>	<u>saldos 31.12.01</u>
Disponibilidades	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00
Créditos	R\$ 34.000,00	R\$ 27.200,00
Estoques	R\$ 20.000,00	R\$ 24.000,00
Despesas Exercício Seguinte	R\$ 1.000,00	R\$ 800,00
Soma	R\$ 80.000,00	R\$ 82.000,00
Créditos de Longo Prazo	R\$ 5.000,00	R\$ 6.000,00
Soma	R\$ 5.000,00	R\$ 6.000,00
Investimentos	R\$ 27.000,00	R\$ 21.600,00
Ativo Imobilizado	R\$ 63.000,00	R\$ 75.600,00
Depreciação Acumulada	R\$ (3.000,00)	R\$ (3.600,00)
Ativo Diferido	R\$ 34.000,00	R\$ 29.200,00
Amortização Acumulada	R\$ (4.000,00)	R\$ (4.200,00)
Soma	R\$ 117.000,00	R\$ 118.600,00
Total	R\$ 202.000,00	R\$ 206.600,00
Débitos Mercantis	R\$ 30.000,00	R\$ 24.000,00
Financiamentos Bancários	R\$ 40.000,00	R\$ 48.000,00
Provisão p/Imposto de Renda	R\$ 0,00	R\$ 3.500,00
Dividendos a Pagar	R\$ 20.000,00	R\$ 24.000,00
Soma	R\$ 90.000,00	R\$ 99.500,00
Financiamentos Longo Prazo	R\$ 10.000,00	R\$ 8.000,00
Soma	R\$ 10.000,00	R\$ 8.000,00
Resultados de Exercícios Futuros	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Soma	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Capital Social	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Capital a Realizar	R\$ 10.000,00	R\$ 7.000,00
Reservas de Capital	R\$ 20.000,00	R\$ 8.600,00
Reservas de Lucro	R\$ 15.000,00	R\$ 18.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 5.000,00	R\$ 7.500,00
Soma	R\$ 100.000,00	R\$ 97.100,00
Total	R\$ 202.000,00	R\$ 206.600,00

Analisando-se as variações ocorridas entre o início e o fim do exercício considerado, pode-se afirmar que a elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, nos termos da lei, vai evidenciar o seguinte item:

- a) item I – Origens de Recursos R\$ 19.500,00.
- b) item I – Origens de Recursos R\$ 27.000,00.
- c) item II – Aplicações de Recursos R\$ 31.000,00.
- d) item III – Redução de CCL R\$ 11.500,00.
- e) item III – Aumento do CCL R\$ 7.500,00.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Rascunho

15- Ao final de um exercício financeiro qualquer, certa unidade orçamentária apresentou, em seu balanço orçamentário, um superávit orçamentário de \$5 e um déficit de capital de \$50. Sabendo que as receitas correntes previstas e arrecadadas totalizaram, respectivamente, \$150 e \$175, e que as receitas de capital previstas e arrecadadas totalizaram, respectivamente, \$45 e \$30, assinale a opção que indica os valores totais das despesas correntes e de capital realizadas, nesta ordem:

- a) \$120 e \$80
- b) \$120 e \$75
- c) \$80 e \$120
- d) \$75 e \$80
- e) \$75 e \$120

16- A contabilidade pública apresenta, tanto no registro quanto na evidenciação dos fatos contábeis relativos ao patrimônio, o conceito de mutações ativas e passivas, que podem ser orçamentárias ou extra-orçamentárias. A respeito dessas mutações, é correto afirmar que:

- a) as mutações orçamentárias referem-se a fatos modificativos.
- b) as mutações extra-orçamentárias referem-se a fatos permutativos.
- c) as mutações orçamentárias referem-se aos fatos permutativos.
- d) as mutações extra-orçamentárias não alteram o resultado patrimonial.
- e) toda mutação altera o resultado patrimonial.

17- O Plano de Contas é o conjunto de títulos, previamente definidos, representativos de um estado patrimonial e de suas variações, organizados e codificados com o objetivo de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de uma gestão, devendo permitir, de forma clara e precisa, a obtenção dos dados relativos ao patrimônio. Por sua vez, a Tabela de Eventos, como parte integrante do Plano de Contas, é o instrumento utilizado no preenchimento das telas e/ou documentos de entrada do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Nesse contexto, o empenho da despesa (Evento 40.1.091) deve implicar lançamentos de acordo com a seguinte contabilização:

Debite	Credite
a) 2.9.2.1.3.01.00 = Crédito Empenhado a Liquidar	2.9.2.1.1.00.00 = Crédito Disponível
1.9.2.4.1.99.00 = Outros Empenhos por Emissão	1.9.2.4.1.01.01 = Emissão de Empenhos
2.9.2.4.1.04.01 = Valores em Liquidação	2.9.2.4.1.99.00 = Outras Emissões de Empenho
2.9.2.4.1.01.01 = Empenhos a Liquidar	1.9.2.4.1.02.LL = Empenhos por Modalidade de Licitação
1.9.2.4.1.99.00 = Outros Empenhos por Emissão	1.9.2.4.1.04.01 = Valores Comprometidos
1.9.2.4.1.99.00 = Outros Empenhos por Emissão	2.9.2.4.1.99.00 = Outras Emissões de Empenho
2.9.2.4.1.02.LL = Empenhos p/Modalidade de Licitação - a Liquidar	2.9.2.4.1.99.00 = Outras Emissões de Empenho
Debite	Credite
b) 2.1.2.1.1.00.00 = Fornecedores	1.1.1.1.2.01.00 = Bancos c/Movimento
2.9.2.4.1.04.02 = Valores Liquidados a Pagar	2.9.2.4.1.04.03 = Valores Pagos
Debite	Credite
c) 2.9.2.1.3.01.00 = Crédito Empenhado a Liquidar	2.9.2.1.1.00.00 = Crédito Disponível
2.9.2.4.1.01.01 = Empenho a Liquidar	1.9.2.4.1.01.01 = Emissão de Empenho
2.9.2.4.1.04.01 = Valores em Liquidação	1.9.2.4.1.04.01 = Valores Comprometidos
Debite	Credite
d) 2.9.2.1.1.00.00 = Crédito Disponível	2.9.2.1.3.01.00 = Crédito Empenhado a Liquidar
1.9.2.4.1.01.01 = Emissão de Empenhos	1.9.2.4.1.99.00 = Outros Empenhos por Emissão
2.9.2.4.1.99.00 = Outras Emissões de Empenho	2.9.2.4.1.04.01 = Valores em Liquidação
1.9.2.4.1.02.LL = Empenhos por Modalidade de Licitação	2.9.2.4.1.01.01 = Empenhos a Liquidar
1.9.2.4.1.04.01 = Valores Comprometidos	1.9.2.4.1.99.00 = Outros Empenhos por Emissão
2.9.2.4.1.99.00 = Outras Emissões de Empenho	1.9.2.4.1.99.00 = Outros Empenhos por Emissão
2.9.2.4.1.99.00 = Outras Emissões de Empenho	2.9.2.4.1.02.LL = Empenhos p/Modalidade de Licitação - a Liquidar
Debite	Credite
e) 1.1.1.1.2.01.00 = Bancos c/Movimento	2.1.2.1.1.00.00 = Fornecedores
2.9.2.4.1.04.03 = Valores Pagos	2.9.2.4.1.04.02 = Valores Liquidados a Pagar

18- O Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, implantado em 1987, modernizou os controles orçamentários, financeiros e contábeis em razão dos padrões, procedimentos e conceitos a partir de então adotados. Assinale, entre as opções a seguir, a afirmação que não se aplica a esse sistema.

- a) Suas consultas consolidadas referem-se a documentos lançados até o dia imediatamente anterior ao da consulta.
- b) A exclusão de documentos, mesmo errados, não é permitida.
- c) Seus documentos de pagamento são a Ordem Bancária (OB) e a Nota de Transferência Financeira (NF).
- d) Atualmente, permite que os usuários nele se conectem por meio da rede mundial de computadores, a Internet.
- e) Permite a integração com outros sistemas, para o recebimento de documentos em procedimentos denominados *batch*.

19- O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64 (Anexo 14), é a Demonstração Contábil que evidencia a situação patrimonial do ente público. Consoante o que dispõe a citada Lei e, ainda, a prática corrente na contabilidade federal, é incorreto afirmar, a respeito do Balanço Patrimonial, que:

- a) o Passivo Financeiro será igual ao Passivo Real quando a entidade não possuir Passivo Permanente.
- b) o Ativo e o Passivo Compensado fazem parte do Balanço Patrimonial.
- c) os Restos a Pagar compõem o Passivo Financeiro.
- d) a Dívida Fundada é parte do Passivo Não Financeiro.
- e) o Saldo Patrimonial é apresentado sempre do lado do Passivo.

20- Segundo prevê o artigo 104 da Lei 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou não da execução orçamentária, e indica o resultado do exercício. Considere uma unidade gestora qualquer que apresente, ao final do exercício, os dados abaixo, e assinale, a seguir, a opção que indica os valores possíveis das mutações ativas e passivas orçamentárias (nesta ordem) que confirmam o resultado obtido:

- receita orçamentária de \$200;
- despesa orçamentária de \$200;
- não recebeu nem concedeu transferências orçamentárias;
- resultado positivo da execução orçamentária no valor de \$30.

- a) \$30 e \$30
- b) \$30 e \$0
- c) \$10 e \$40
- d) \$30 e \$60
- e) \$50 e \$10

AUDITORIA

- 21- Ao utilizar o método de amostragem estatística para verificar a aderência aos controles internos, o auditor tem maior probabilidade em conduzir a uma opinião errônea quando incorre no risco de:
- a) Subavaliação da confiabilidade
 - b) Rejeição incorreta
 - c) Aceitação incorreta
 - d) Superavaliação da confiabilidade
 - e) Avaliação da população
- 22- Os tipos de certificado de auditoria emitidos pelo órgão ou unidades de controle interno do poder executivo federal, na verificação de contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores públicos de propriedade ou responsabilidade da União são:
- a) de regularidade, de regularidade com ressalva e de irregularidade.
 - b) de legalidade, de legalidade com ressalva e de ilegalidade.
 - c) de regularidade, de regularidade com negativa de opinião e de aderência.
 - d) de ilegalidade com ressalva, de regularidade com ênfase e de ilegalidade.
 - e) de aderência, de aderência com ênfase e de aderência com ressalva.

CONTROLE EXTERNO

- 23- O controle externo no Brasil, quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da Administração Pública Federal, atualmente, comporta atividades diversificadas, compreendidas na competência
- a) exclusiva do Congresso Nacional.
 - b) exclusiva do Tribunal de Contas da União.
 - c) conjugadas e conjuntas do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União.
 - d) privativas umas do Congresso Nacional e outras do Tribunal de Contas da União.
 - e) privativas umas do Congresso Nacional, outras do Tribunal de Contas da União e algumas delas com a participação conjugada de ambos esses órgãos.

24- O Tribunal de Contas da União tem a natureza jurídica de um órgão

- a) legislativo
- b) judicante
- c) administrativo
- d) essencial à função judicante
- e) essencial à função legislativa

25- O Tribunal de Contas da União, mesmo no exercício das suas funções de controle externo e a despeito de haver irregularidades graves ou causas plausíveis que o recomendem, não poderá

- a) inabilitar o responsável seu jurisdicionado para o exercício de cargo comissionado na Administração Pública Federal.
- b) declarar a inidoneidade de licitante fraudador da competição licitatória.
- c) afastar temporariamente do exercício das suas funções o responsável seu jurisdicionado que possa dificultar apurações de fatos.
- d) decretar a indisponibilidade dos bens de responsável.
- e) determinar o arresto dos bens de responsável julgado em débito.

26- As decisões do Tribunal de Contas da União, de que resultem imputação de débito, conforme expressa previsão constitucional,

- a) terão eficácia de título executivo.
- b) terão eficácia executiva de título judicial.
- c) são exeqüíveis após inscrição como dívida ativa.
- d) são exeqüíveis pelo próprio Tribunal.
- e) são exeqüíveis na Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal.

27- De decisão definitiva do Tribunal de Contas da União em processo de tomada de contas caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez e por escrito pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de cinco anos, desde que fundado em erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos que servirem de fundamento para o acórdão recorrido.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque cabe o recurso de revisão, também, no caso da superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.
- c) Incorreta a assertiva, porque só o próprio responsável pode recorrer.
- d) Incorreta a assertiva, porque o recurso de revisão tem necessariamente efeito suspensivo.
- e) Incorreta a assertiva, porque o prazo é de dois anos.

28- A competência constitucional do Tribunal de Contas da União, para fiscalizar a aplicação de recursos financeiros da União repassados aos Estados e Municípios, compreende

- a) os dos chamados Fundos de Participação.
- b) os provenientes da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte pagadora.
- c) os provenientes da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, na proporção dos valores das exportações.
- d) os decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres.
- e) os de qualquer natureza, origem ou destinação.

29- O julgamento de regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais constitui uma função de controle externo, cujo exercício a Constituição confere

- a) ao Tribunal de Contas da União - TCU, em conjunto com o Congresso Nacional - CN.
- b) ao TCU, em conjunto com a Câmara dos Deputados.
- c) ao TCU em conjunto com o Senado Federal.
- d) ao TCU, privativamente.
- e) ao TCU, com recurso para o CN.

30- Entre as funções de controle externo da Administração Pública Federal exercidas em conjunto pelo Tribunal de Contas da União - TCU e Congresso Nacional - CN, inclui-se o exame e avaliação dos projetos e programas autorizados na Lei Orçamentária Anual, avaliando os seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque essa competência é privativa do CN.
- c) Incorreta a assertiva, porque essa competência é privativa do TCU.
- d) Incorreta a assertiva, porque essa competência é privativa de uma Comissão Mista especial prevista na Constituição.
- e) Incorreta a assertiva, porque isso é previsto na Constituição como sendo competência privativa do Sistema de Controle Externo.

ECONOMIA

31- Faz(em) parte do ativo do balancete do Banco Central

- a) o papel-moeda emitido
- b) as reservas internacionais
- c) os depósitos do Tesouro Nacional
- d) a Base Monetária
- e) os depósitos dos bancos comerciais

32- Com base no balanço de pagamentos, é incorreto afirmar que:

- a) o saldo positivo no balanço de pagamentos num determinado período é necessariamente igual ao volume de reservas em moeda estrangeira do país nesse período.
- b) os serviços de fatores correspondem aos pagamentos ou recebimentos em função da utilização dos fatores de produção.
- c) as amortizações de empréstimos fazem parte dos movimentos de capitais autônomos.
- d) o pagamento de juros sobre empréstimos são registrados na balança de serviços.
- e) uma transferência unilateral realizada em mercadoria tem necessariamente como contrapartida lançamento na balança comercial.

33- Considere os seguintes dados para uma economia aberta e sem governo, num determinado período de tempo e em unidades monetárias:

Poupança líquida do setor privado: 100

Depreciação: 10

Variação de estoques: 40

Formação bruta de capital fixo: 120

Com base nestes dados e considerando um sistema de contas nacionais, é correto afirmar que, no período, o saldo do balanço de pagamentos em transações correntes foi:

- a) superavitário no valor de 40.
- b) superavitário no valor de 50.
- c) deficitário no valor de 40.
- d) deficitário no valor de 50.
- e) nulo.

34- Com base no multiplicador keynesiano numa economia fechada, é incorreto afirmar que:

- a) se a propensão marginal a poupar for igual a 0,4, então o valor do multiplicador será de 2,5.
- b) na possibilidade de a propensão marginal a poupar ser igual à propensão marginal a consumir, o valor do multiplicador será igual a 1.
- c) se a propensão marginal a consumir for menor do que a propensão marginal a poupar, então o multiplicador será necessariamente menor do que 2.
- d) seu valor tende a ser maior quanto menor for a propensão marginal a poupar.
- e) o seu valor nunca pode ser negativo.

35- O déficit público no Brasil é mensurado a partir da idéia de necessidade de financiamento do setor público (NFSP). Este, por sua vez, pode ser apresentado por meio dos conceitos primário, operacional e nominal. Quanto a esses conceitos é correto afirmar que:

- a) no Brasil o déficit primário é maior do que o déficit nominal.
- b) nem no conceito primário nem no nominal estão incluídos os juros nominais da dívida pública.
- c) tanto o conceito operacional quanto o primário levam em consideração os juros reais da dívida pública.
- d) o pagamento de juros reais sobre a dívida pública não influi no déficit público, independentemente do conceito utilizado na sua apuração.
- e) no déficit primário, diferentemente do déficit nominal, não são considerados os juros nominais da dívida pública.

36- Sobre a época do milagre econômico (1968 – 1973) considere as três afirmações a seguir:

- I. Foi um período marcado por elevadas taxas de crescimento econômico sendo que os setores de bens de consumo duráveis e da construção civil estão entre os mais importantes em termos de crescimento econômico do período.
- II. Foi marcado pela redução do número de empresas estatais, iniciando-se ali o processo de privatização.
- III. Houve expansão do crédito doméstico destinado ao consumidor além da ampliação do endividamento externo do país.

Considerando tais afirmações é correto dizer que:

- a) apenas I e III estão corretas
- b) apenas I e II estão corretas
- c) apenas II e III estão corretas
- d) apenas I está correta
- e) todas estão corretas

37- Quanto à chamada crise da dívida externa brasileira da primeira metade da década de 80 é correto afirmar que

- a) se enfrentou a crise com a geração de superávits comerciais e, para tanto, a adoção de um regime de câmbio nominal fixo foi fundamental.
- b) apesar da elevação da taxa de juros norte-americana em 1979 não houve dificuldade nos anos 80 em se obter recursos no sistema financeiro internacional, uma vez que o problema era o pagamento dos juros da dívida já existente.
- c) a redução das taxas de crescimento econômico e a desvalorização da taxa de câmbio permitiram a geração de superávits comerciais necessários para pagar os encargos da dívida externa.
- d) a recessão ocorrida no Brasil dificultou ainda mais o enfrentamento da crise da dívida dado o efeito que esta recessão tinha de diminuir as exportações brasileiras.
- e) houve uma diminuição da inflação na primeira metade da década em função da recessão.

38- Sobre os modelos de integração considere as seguintes definições:

- I. **Zona de livre comércio:** quando são abolidas as restrições (tarifárias e não tarifárias) entre os países, mas cada um mantém suas próprias políticas comerciais vis à vis os países não membros da integração;
- II. **União aduaneira:** vai além da zona de livre comércio pois além de suprimir as restrições quanto ao fluxo de mercadorias entre os países membros também estabelece uma política comum de discriminação deste fluxo com os países não membros, estabelecendo por exemplo um tarifa externa comum;
- III. **Mercado comum:** neste tipo de integração não são apenas as restrições quanto ao fluxo de mercadorias que são eliminados, mas também as discriminações contra o fluxo dos fatores produtivos, isto é, eliminam-se os empecilhos quanto à circulação de capital e mão-de-obra.

Com relação a tais definições:

- a) somente II está correta
- b) apenas I e II estão corretas
- c) apenas II e III estão corretas
- d) apenas I e III estão corretas
- e) todas estão corretas

DIREITO:

CIVIL

39- A companhia de Pesquisa de Recursos Minerais é:

- a) empresa pública.
- b) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- c) autarquia.
- d) sociedade de economia mista.
- e) associação.

40- Um avalista avalizou documento cambial para seu irmão, por julgar que a quantia se destinava a ampliar determinado negócio, segundo informação deste último; porém, a verdade é que a importância visava encobrir certo valor indevidamente apropriado. Neste caso configurou-se:

- a) simulação absoluta.
- b) simulação relativa subjetiva.
- c) dolo principal.
- d) dolo accidental.
- e) simulação relativa objetiva.

41- A classificação da obrigação em divisível e indivisível tem por base:

- a) o seu objeto.
- b) seu modo de execução.
- c) a pluralidade de sujeitos.
- d) o seu conteúdo.
- e) os seus elementos acidentais.

42- Assinale a opção falsa.

- a) O locatário tem o dever de dar caução em dinheiro, garantia fidejussória ou seguro de fiança locatício, se o locador exigir, em caso de locação predial urbana.
- b) Quando na fixação do preço se atender ao fracionamento de obra, considerando-se as partes em que ela se divide ou a medida, ter-se-á empreitada por preço de custo.
- c) A prestação de serviço não pode ser convencionalizada por mais de quatro anos.
- d) O comodato é um contrato real porque só se completa com a tradição do objeto.
- e) O locador tem a obrigação de responder pelos vícios ocultos do bem locado, anteriores à locação.

PROCESSUAL CIVIL

43- A impetração do mandado de segurança:

- a) descabe contra decisão judicial de qualquer natureza.
- b) cabe, ainda que contra o ato caiba medida correicional.
- c) que tenha resultado em decisão denegatória, nunca admite sua renovação.
- d) que tenha resultado em sentença que o denega por inexistência do direito líquido e certo, não obsta que o impetrante intente a ação própria.
- e) que resulte, desde logo, em indeferimento, enseja agravo.

44- Proposta a ação popular:

- a) o Ministério Público, obrigatoriamente intimado, pode assumir a defesa do ato impugnado.
- b) a pessoa jurídica cujo ato seja objeto de impugnação deverá defender-se, vedada sua atuação ao lado do Autor.
- c) não se admite a habilitação de qualquer cidadão como assistente.
- d) ocorrendo a absolvição de instância, pode o Ministério Público promover o prosseguimento da ação.
- e) a sentença que julgue improcedente a ação não admite que outro cidadão intente outra ação com o mesmo fundamento.

45- A sentença proferida em ação civil pública:

- a) relativa a direitos homogêneos, faz coisa julgada *erga omnes* qualquer que seja a decisão de mérito.
- b) não faz coisa julgada em qualquer hipótese de improcedência.
- c) quando faz coisa julgada, o faz nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- d) julgando improcedente o pedido por insuficiência de prova, faz coisa julgada *erga omnes*.
- e) relativa a direitos difusos, dando pela improcedência do pedido, admite que qualquer legitimado intente outra ação com idêntico fundamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46- A propósito do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade de uma lei federal, pronunciada incidentalmente num processo da sua competência recursal, produz efeitos vinculantes para todos os poderes públicos.
- b) Apenas perante o Supremo Tribunal Federal é possível realizar o controle abstrato de leis federais e estaduais perante a Constituição Federal.
- c) Todos os partidos políticos podem ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- d) O Governador de um Estado pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o STF atacando qualquer lei quer do seu Estado, de outros Estados ou da União.
- e) Se um partido político desiste de uma ação direta de inconstitucionalidade que tenha ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal, este Tribunal fica impedido de julgar o mérito da ação.

47- Sobre os direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) No sistema constitucional brasileiro, os direitos fundamentais apenas podem ser arguidos em face dos poderes públicos, não podendo ser invocados nas relações entre particulares.
- b) Todas as normas que tratam de direitos fundamentais na Constituição são auto-executáveis, tendo aplicação imediata.
- c) Uma lei não pode contrariar norma definidora de direito fundamental e nem uma emenda à Constituição pode revogar direito individual fundamental instituído pelo poder constituinte originário.
- d) Na Constituição brasileira, consideram-se direitos fundamentais os direitos e garantias individuais e coletivos enumerados no Texto Magno, os direitos sociais, porém, não são considerados direitos fundamentais.
- e) Consideram-se direitos fundamentais apenas aqueles expressamente enumerados no título da Constituição relativo aos direitos e garantias fundamentais.

48- Sobre a Administração Pública, a Constituição Federal estabeleceu que:

- a) Os servidores públicos têm direito amplo de greve, que não pode ser restringido ou regulamentado pelo legislador.
- b) O Tribunal de Contas da União pode impor pena de perda de cargo público, a suspensão de direitos políticos e o confisco de bens ao agente político que seja considerado pela Corte como responsável por ato de improbidade.
- c) A Constituição faculta a todo servidor aposentado em cargo público efetivo na Administração Direta estadual firmar contratos de trabalho por tempo indeterminado com uma ou mais empresas públicas federal ou municipal.
- d) É possível que um servidor público federal se aposente em cargo público da União recebendo aposentadoria pelo regime geral da previdência.
- e) Apenas brasileiros, natos ou naturalizados, podem ser nomeados para cargos públicos.

49- Assinale a opção correta.

- a) As unidades federadas, no Brasil, gozam do direito de secessão.
- b) Toda a vez que o Estado-membro edita lei que desrespeita a Constituição Federal está sujeito a intervenção federal.
- c) No exercício do seu poder de auto-constituição, o Estado-membro pode fixar, em diploma constitucional, que o seu Governador, a exemplo do que ocorre com o Presidente da República, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, durante a vigência do seu mandato.
- d) Nada impede que um Estado-membro no Brasil adote normas constitucionais caracteristicamente parlamentaristas, mesmo que tais normas não correspondam ao modelo presidencialista adotado no âmbito da União.
- e) Embora a Constituição Federal enumere matérias que são da competência legislativa privativa da União, os Estados-membros podem, em certos casos, legislar sobre questões específicas de tais matérias.

50- Suponha que as leis abaixo enumeradas tenham resultado de projeto da iniciativa do Presidente da República. Assinale a que sofre de inconstitucionalidade formal.

- a) Lei que cria cargos de Analista no quadro do Tribunal de Contas da União.
- b) Lei que regula direitos dos investigados pelo Tribunal de Contas da União.
- c) Lei que dispõe sobre aposentadoria de servidores estatutários da União.
- d) Lei que concede reajuste de vencimentos para servidores estatutários da União.
- e) Lei que estabelece o estatuto jurídico da empresa pública federal.

51- No que tange à disciplina constitucional da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, assinale a opção correta.

- a) Pessoas jurídicas de direito privado não se submetem à obrigação de prestar contas por bens públicos sob a sua guarda.
- b) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resultem imputação de débito ou multa têm força de título executivo e não podem ser revistas ou anuladas no âmbito do Poder Judiciário.
- c) O Tribunal de Contas da União não tem competência para fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a Município mediante convênio.
- d) Incumbe ao Tribunal de Contas da União a apreciação da legalidade de atos de nomeação para cargos públicos efetivos ou em comissão em toda a Administração Pública Federal direta e indireta.
- e) As contas de empresas supranacionais, de cujo capital a União participe, podem ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União.

52- Com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito, é correto afirmar:

- a) A CPI tem competência constitucional para editar leis, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema legislativo, relativamente ao tema que ensejou a instauração da CPI.
- b) As CPIs têm competência para quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoa – física ou jurídica – sob a sua investigação, mediante decisão necessariamente fundamentada.
- c) Instituída uma CPI, não tem ela prazo para concluir os seus trabalhos.
- d) A CPI pode anular ato administrativo de qualquer dos três Poderes que se revele contrário aos princípios da moralidade ou da eficiência.
- e) A Constituição Federal estende às CPIs os poderes investigatórios e judicantes próprios das autoridades judiciais.

53- Assinale a opção correta.

- a) A testemunha convocada para depor perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito do Congresso Nacional e que entenda ilegítima a sua convocação pode impetrar *habeas corpus* para se livrar da convocação.
- b) O servidor demitido do serviço público e que, por isso, viu-se impedido de entrar livremente na sua antiga repartição, pode ajuizar *habeas corpus* para impugnar o ato de demissão.
- c) O *habeas data* é o instrumento adequado para se conhecer e retificar informação relativa ao impetrante em bancos de dados de qualquer entidade pública ou privada.
- d) Chama-se coletivo o mandado de segurança impetrado por mais de um impetrante.
- e) O mandado de injunção é meio apto para se pleitear extensão de vantagem funcional concedida apenas a um segmento do funcionalismo público, sob o argumento de que outras carreiras têm os mesmos conteúdos ocupacionais, merecendo, pois, idêntico tratamento legislativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

54- Tratando-se da organização administrativa da União Federal, assinale a opção verdadeira.

- a) As agências reguladoras podem ser instituídas sob a forma jurídica de autarquias ou de empresas públicas.
- b) As fundações de apoio às instituições federais de ensino superior classificam-se como fundações públicas.
- c) A empresa pública, quando prestadora de serviço público, submete-se ao denominado regime jurídico-administrativo.
- d) A qualificação como agência executiva implica alteração da natureza jurídica da entidade qualificada.
- e) A qualificação de uma entidade como organização social, pelo Poder Público, não implica sua inserção no rol das entidades da Administração Pública Indireta.

55- O ato administrativo de remoção de ofício de servidor público estável, adotado como represália ao comportamento desidioso do servidor, padece de vício em relação ao seu seguinte elemento:

- a) objeto
- b) forma
- c) motivo
- d) finalidade
- e) competência

56- Tratando-se das normas de licitação, correlacione as duas colunas:

- 1- hipótese de dispensa de licitação;
- 2- hipótese de inexigibilidade de licitação;
- 3- hipótese de não aplicação das normas de licitação.

- () Termo de Parceria entre o Poder Público e uma Organização Civil de Interesse Público - OSCIP;
- () celebração de contrato de prestação de serviços com organização social, devidamente qualificada, para atividades objeto do respectivo contrato de gestão;
- () contratação de profissional de notória especialização para serviço técnico singular e especializado;
- () credenciamento de todos os estabelecimentos médicos da respectiva localidade, pelo Município, para a prestação de serviços de saúde pública, com a mesma tabela de remuneração;
- () contratação de fornecimento de energia elétrica com a respectiva concessionária, conforme as normas da legislação específica.

- a) 2, 1, 2, 3, 3
- b) 3, 1, 2, 2, 1
- c) 2, 2, 2, 1, 3
- d) 1, 2, 1, 2, 3
- e) 3, 1, 2, 3, 2

57- Referindo-se ao instituto da revisão de processo disciplinar de servidor público, nos termos da Lei Federal nº 8.112/90, é correto afirmar:

- a) no processo revisional, o ônus da prova inverte-se em relação ao processo original.
- b) a revisão pode se dar caso se comprove, por elementos já presentes nos autos do processo original, a inadequação da penalidade aplicada.
- c) a procedência da revisão acarreta a perda de efeito da penalidade aplicada, qualquer que tenha sido, restabelecendo-se todos os direitos do servidor.
- d) o julgamento da revisão caberá à autoridade hierarquicamente superior àquela que aplicou a penalidade.
- e) a revisão dar-se-á, exclusivamente, a pedido do servidor interessado, ou de algum familiar seu, em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento.

58- No âmbito da legislação federal, sobre a concessão de serviços públicos, assinale, entre as opções abaixo, aquela que não é hipótese de caducidade de concessão.

- a) Quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
- b) Quando a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- c) Quando se verificar vício insanável no procedimento de licitação que antecedeu à concessão.
- d) Quando a concessionária for condenada, em sentença transitada em julgado, por sonegações de contribuições sociais.
- e) Quando a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos.

59- Em relação ao instituto do direito real de uso, referente a bens do domínio público, não é correto afirmar:

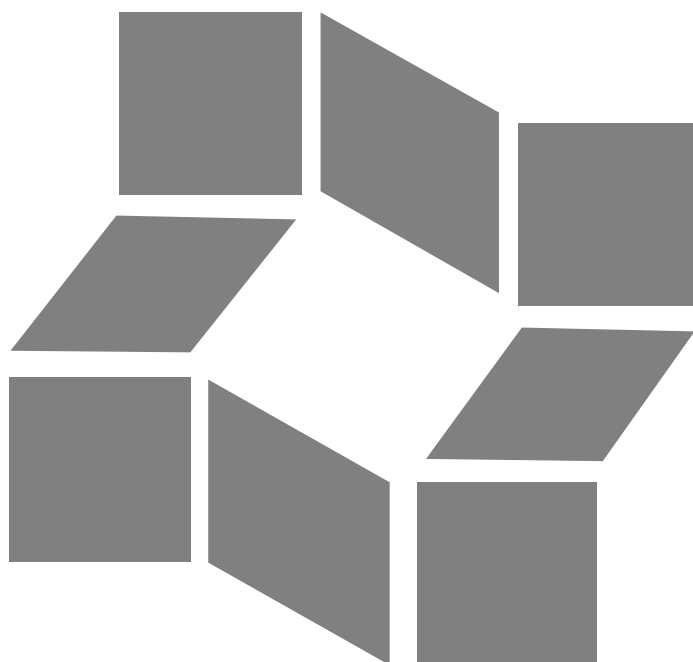
- a) pode-se dar de forma remunerada ou gratuita.
- b) salvo reserva contratual, este direito é transmissível por ato *inter vivos* ou *causa mortis*.
- c) é oponível *erga omnes*.
- d) pode-se dar em relação ao espaço aéreo sobre a superfície de terrenos públicos.
- e) a sua duração é sempre por prazo indeterminado, salvo se o concessionário descumprir cláusula resolutória do ajuste.

60- Assinale, entre as entidades abaixo, aquela que não se submete à responsabilidade objetiva pelos danos de seus agentes que, nessa qualidade, causem a terceiros:

- a) Banco do Brasil
- b) FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- c) ANA – Agência Nacional de Águas
- d) VARIG – Viação Aérea Riograndense
- e) EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

61- No âmbito do processo administrativo, não pode ser objeto de delegação de competência o ato que:

- a) imponha a penalidade a servidor.
- b) instaure o procedimento de inquérito administrativo.
- c) decida o recurso administrativo.
- d) designe os membros da Comissão de Sindicância.
- e) determine a intimação do interessado para a ciência da decisão.



ESAF